



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Factores que Influem no Acesso à Protecção Social Complementar dos Vendedores
Informais: Um Olhar Sobre o Mercado Janet**

Autor: Júlio Fernando Avanço

Maputo, Maio de 2025



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE FIM DE CURSO

Factores que Influem no Acesso à Protecção Social Complementar dos Vendedores

Informais: *Um Olhar Sobre o Mercado Janet*

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social da Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Júlio Fernando Avanço

Supervisora: Msc. Maria Joana de Almeida

Maputo, Maio de 2025



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SERVIÇO SOCIAL

Autor: Júlio Fernando Avanço

Factores que Influem no Acesso à Protecção Social Complementar dos Vendedores
Informais: *Um Olhar Sobre o Mercado Janet*

Mesa de Júri

Presidente

Henrique Marquesa

Oponente

Capito Semente

Supervisora

Maria Joana

(MSc. Maria Joana de Almeida)

Maputo, Maio de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Júlio Fernando Avanço, declaro por minha honra que o presente trabalho de pesquisa para obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social, com o tema “Factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o Mercado Janet”, é fruto da minha pesquisa original e não foi, em nenhum momento, publicado por outra pessoa ou instituição. As fontes e bibliografias utilizadas estão devidamente citadas ao longo do texto.

(Júlio Fernando Avanço)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em especial à minha querida avó Lina Zefa Mutequece, que, com tanto amor, sabedoria e sacrifício, cuidou de mim desde que meus pais faleceram. Ela foi minha fortaleza, meu porto seguro e o pilar que sustentou a minha caminhada. Esta conquista é tanto minha quanto dela, e é com gratidão profunda que a homenageio nesta etapa tão importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão começa com um agradecimento especial à minha supervisora, MSC Maria Joana de Almeida, pela orientação sábia e dedicação incansável. Reconheço que, sem o seu apoio e esforço, a conclusão deste trabalho seria impossível. Obrigado, professora, por acreditar em mim e por me conceder o privilégio de ser orientado por si.

Estendo o meu profundo agradecimento ao corpo docente do curso de Licenciatura em Serviço Social, composto por: PhD. Hinervo Marqueza, PhD. Chico Faria, PhD. Baltazar Muianga, Msc. Emídio Moiana, Dr. Guilamba, Msc. Deborah, Msc. Sara Pinto, Msc. Catarina Cuambe, pela partilha de conhecimento e pelo suporte académico.

À minha igreja, a Igreja do Concerto e Pacto com Deus, foi um alicerce fundamental na minha vida espiritual e pessoal. Agradeço por me ajudar a crescer na fé e por me sustentar com orações ao longo deste percurso.

Aos meus amigos de sempre, Razaque Rosse, Artur Nhaca, Dário Ncuna, Elísio Muruantala, Cleque Cumbula Malven Carvalho e Cláudio Nhaca, pela amizade inabalável.

Aos meus colegas de curso, Razaque Rosse, Ricardo Massango, Samaria Joaquim, Venância Mavila, Beatriz Mucavel, Magda Macuacua, e toda a turma de 2021, agradeço por caminharmos juntos nesta jornada de aprendizagem e crescimento.

Um reconhecimento especial vai para os meus antecessores no curso de Serviço Social, que me inspiraram e mostraram o caminho: Orlando Gasolina, Lúcia Joaquim Domingos, Xavier Malova e tantos outros que trilharam esta estrada antes de mim. À todos que me apoiaram financeiramente e moralmente, um agradecimento especial ao tio David Gaspar, tio Mariano Avanço, profeta Carlos goba, Cal Barroso, tio Lucas Avanço, tio António Avanço, minha namorada Daniela Macuacua, ao tio João Tiago e sua esposa Anita Fernando António pela hospitalidade e carinho. À mãe dos meus filhos, Inês, por cuidar tão bem dos nossos filhos, Tiago Júlio e Nataniel Júlio, e pela dedicação e carinho.

EPÍGRAFE

"A verdadeira justiça social só será alcançada quando aqueles que estão à margem da economia forem incluídos em sistemas de protecção que garantam sua dignidade e segurança. Não se trata apenas de um direito, mas de uma necessidade para o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa e solidária." (Freire, 1970).

LISTA DE ABREVIATURAS

- INSS Instituto Nacional de Segurança Social
- OIT Organização Internacional do Trabalho

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar os factores que influenciam no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais no Mercado Janet, em Maputo. Especificamente, pretende-se identificar os principais obstáculos que dificultam esse acesso, descrever as consequências da não participação desses trabalhadores em programas de protecção social e propor sugestões para reduzir tais barreiras. A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com vendedores informais como principal método de coleta de dados. A fundamentação teórica baseia-se na teoria da justiça social de John Rawls, que defende a equidade como princípio fundamental para garantir que as instituições sociais favoreçam, especialmente, os menos favorecidos. A partir dessa abordagem, analisa-se como a ausência de protecção social adequada compromete o acesso igualitário aos direitos sociais. Os resultados demonstram que, apesar dos avanços nas políticas públicas em Moçambique, os vendedores informais continuam a enfrentar desafios como a falta de informação sobre seus direitos, a fragilidade das redes de apoio e o estigma associado à informalidade. A invisibilidade social desses trabalhadores compromete o atendimento de suas necessidades, resultando na precarização de suas condições de vida e trabalho. Diante disso, propõem-se campanhas de sensibilização, criação de políticas públicas inclusivas e programas de capacitação que contribuam para a promoção da justiça social. Este trabalho busca, assim, contribuir para o debate em torno da protecção social complementar no sector informal, destacando a necessidade de assegurar dignidade e direitos sociais a todos os trabalhadores.

Palavras-chave: Protecção social, Protecção social complementar, Vendedores informais, Serviço social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the factors that influence access to complementary social protection for informal vendors at the Janet Market in Maputo. Specifically, it seeks to identify the main obstacles hindering such access, describe the consequences of the non-participation of these workers in social protection programs, and propose suggestions to reduce these barriers. The research, of a qualitative nature, used semi-structured interviews with informal vendors as the main data collection method. The theoretical framework is based on John Rawls' theory of social justice, which defends equity as a fundamental principle to ensure that social institutions benefit, especially, the least advantaged. From this perspective, the analysis shows how the absence of adequate social protection compromises equal access to social rights. The results demonstrate that, despite progress in public policies in Mozambique, informal vendors continue to face challenges such as a lack of information about their rights, weak support networks, and the stigma associated with informality. The social invisibility of these workers undermines the fulfillment of their needs, resulting in the precariousness of their living and working conditions. In light of this, awareness campaigns, the creation of inclusive public policies, and training programs are proposed to promote social justice. Thus, this work seeks to contribute to the debate on complementary social protection in the informal sector, highlighting the need to ensure dignity and social rights for all workers.

Keywords: Social protection, Complementary social protection, Informal vendors, Social work.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	iv
DEDICATÓRIA.....	v
AGRADECIMENTOS	vi
EPÍGRAFE.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
1. Introdução	11
1.1 Hipóteses	15
1.2. Justificativa.....	16
1.3. Objectivos	17
1.3.1.Geral	17
1.3.2. Específicos.....	17
2. CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	19
2.2. Conceptualização e operacionalização dos conceitos chave.....	20
2.2.1. Protecção Social	20
2.2.2. Protecção social complementar	21
2.2.3. Vendedores Informais	22
2.2.4. Serviço Social.....	23

3. CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DE PLANO DE INTERVENÇÃO	25
3.1. Reunião com os Técnicos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	25
3.2. Planeamento e Implementação de Acções Socioeducativas	25
3.3. Realização das Actividades Socioeducativas.....	26
3.4. Reunião entre o Pesquisador e as Autoridades do Mercado Janet	26
3.5. Visitas Domiciliárias aos Vendedores Informais	27
4. CAPÍTULO III: METODOLOGIA	28
4.1. Natureza da Pesquisa.....	28
4.2. Tipo de Pesquisa	28
4.3. Método de Pesquisa.....	29
4.4. Método de Procedimento	29
4.5. População e Amostra.....	29
4.6. Instrumentos de Recolha de Dados	30
4.7. Análise e Tratamento dos Dados.....	31
4.8. Validade e Fiabilidade dos Resultados.....	31
4.9. Aspectos Éticos da Pesquisa	31
4.10. Constrangimentos Obtidos durante a Pesquisa	32
5. CAPÍTULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	33
5.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	33
5.2. Principal Desafios para o Acesso à Protecção Social Complementar para Vendedores Informais no Mercado Janet.....	34

5.3. Consequências da Não Participação na Protecção Social Complementar	35
5.4. Propostas de Mecanismos para Melhorar o Acesso à Protecção Social Complementar para Vendedores Informais no Mercado Janet.....	37
6. Implementação do Plano de Intervenção	39
6.1. Reunião com os Técnicos do INSS	39
6.2. Reunião com os Líderes do Mercado Janet.....	42
6.3. Palestra organizada pelos líderes do Mercado Janet juntamente com o estudante pesquisador.....	45
6.3.1. Palestra de Sensibilização	45
7. Conclusão e sugestões	46
8. Sugestões.....	47
9. Referências Bibliográficas.....	50
APÊNDICES.....	54
ANEXOS.....	66

1. Introdução

Os vendedores informais desempenham um papel fundamental na economia de muitas comunidades, fornecendo bens e serviços essenciais e contribuindo significativamente para o sustento de suas famílias. No entanto, esses trabalhadores frequentemente enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de acesso à protecção social adequada. A protecção social complementar refere-se a medidas adicionais de segurança e apoio, além dos benefícios básicos oferecidos pelo Estado, que podem incluir seguros de saúde, aposentadoria e assistência em caso de incapacidade ou desemprego (OIT, 2015).

Esta pesquisa visa analisar os principais factores que influenciam o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar no mercado Janet no presente ano de 2024. Entre os aspectos a serem estudados estão as barreiras económicas, sociais, educacionais e institucionais que dificultam esse acesso, bem como as possíveis estratégias para superar essas barreiras.

Desde os primórdios da sua existência, os homens necessitaram de protecção social e procuraram formas de se proteger, a si e aos seus dependentes, das adversidades da vida, bem como de proporcionar um ambiente melhor e mais seguro para viver (Quive, 2007). O mesmo autor refere ainda que a protecção social começa antes do início da vida, através da necessidade de proteger o indivíduo que vai nascer, continua ao longo de sua vida e estende-se pela necessidade de proteger os sobreviventes em caso de morte do indivíduo ou de incapacidade total de prover rendimentos para a sobrevivência da família como um todo. Embora este conceito possa representar ideias diferentes para diversas pessoas, existe um traço comum: o desejo natural das pessoas, das comunidades e da sociedade em geral de ter uma maior protecção social em situações de carência na vida (Quive, 2007).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) identifica as seguintes componentes da protecção social:

- Sistemas de segurança social: instituídos para concessão de benefícios relacionados com emprego (pensões, benefícios em dinheiro, seguro social, entre outros);
- Sistemas sociais de benefícios universais: beneficiam todos os residentes (concessões familiares, serviços de saúde pública, garantias para a velhice, etc.);

- Sistemas de assistência social: asseguram benefícios para o alívio à pobreza de cidadãos residentes com necessidades especiais, que podem ser em dinheiro e em espécie;
- Sistemas de benefícios privados relacionados com emprego ou benefícios individuais: como, por exemplo, abonos de família, seguros de vida, etc. (Quive, 2007).

Essas componentes podem ser concebidas de forma diferente por cada Estado, mas as funções básicas da protecção social permanecem:

- Manutenção de uma rede de salvação (rede de protecção social);
- Manutenção de rendimento e um certo status;
- Expressão da política social do respectivo Estado (ILO Social Security Financing, in Olivier, 2004).

A introdução da segurança social na Europa e América do Norte, sob orientação do modelo bismarckiano, enfatizava a protecção dos trabalhadores activos no mercado formal de emprego como forma de aumentar a produção e a produtividade (Olivier, 2004). Actualmente, a fraca cobertura e a inadequação dos sistemas formais de protecção social excluem grande parte das pessoas economicamente activas, que acabam recorrendo aos sistemas informais de protecção social. Esses sistemas informais são baseados em redes de interconhecimento, reconhecimento mútuo e interajuda, baseadas em laços de parentesco e vizinhança, que trocam bens e serviços numa base não comercial e com uma lógica de reciprocidade (Quive, 2007).

A protecção social para os mais vulneráveis teve seu marco inicial na Alemanha, com o estabelecimento do primeiro sistema de previdência social em 1891, visando proteger os trabalhadores em casos de saúde precária, acidentes de trabalho, invalidez e envelhecimento, financiado por contribuições de empregados, empregadores e do Estado (Faleiros, 1986, apud Quive, 2007). Esse modelo influenciou diversos países, incluindo Moçambique, onde o sistema de segurança social é regulamentado pela Lei nº 4/2007, de 07 de Fevereiro, e é composto por três subsistemas principais:

1. Segurança Social Básica: gerida pelo ministério responsável pela área de Acção Social;

2. Segurança Social Obrigatória: administrada pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS);

3. Segurança Social Complementar: gerida por entidades privadas ou públicas, regulamentada pelo Conselho de Ministros e destinada, de forma opcional, às pessoas inscritas no sistema de segurança social obrigatória, visando complementar as prestações deste sistema por meio de modalidades sujeitas à homologação pelo órgão de supervisão (Quive, 2007).

Quive (2007) destaca que Moçambique possui diversos instrumentos de protecção social, tanto formais quanto informais, em processo de desenvolvimento. A maioria desses instrumentos cobre apenas trabalhadores do sector formal, público e privado, excluindo notavelmente trabalhadores de conselhos municipais e de profissões liberais. Diante dessa exclusão, surgem formas informais de protecção social, geralmente baseadas no capital social, mas com cobertura limitada.

Diversos autores discutem estratégias para melhorar a inclusão dos trabalhadores informais na protecção social. Ali (2011), ao analisar a situação em Moçambique, destaca que a precarização do trabalho e a falta de políticas públicas efectivas criam obstáculos significativos para que os trabalhadores informais possam acessar a protecção social. A autora enfatiza que as políticas redistributivas são fundamentais para promover justiça social e inclusão, sobretudo em contextos marcados por profundas desigualdades económicas. Ali defende que a formulação de políticas deve ser acompanhada de estratégias que envolvam os próprios trabalhadores informais, promovendo uma participação activa e deliberativa na criação dessas medidas.

Outro ponto levantado por Francisco & Paulo (2006), é a necessidade de expandir as redes de protecção social para incluir trabalhadores informais, utilizando medidas como microcrédito e apoio ao empreendedorismo. Francisco & Paulo observam que os vendedores informais desempenham um papel crucial na economia local, mas enfrentam sérias dificuldades para acessar serviços básicos de segurança social devido à sua condição de informalidade. Eles propõem que a educação financeira e o fortalecimento das capacidades empresariais sejam medidas importantes para facilitar sua inclusão.

Chivangue (2012), também aborda o papel das redes de apoio social, particularmente em comunidades urbanas onde o trabalho informal é predominante. Chivangue ressalta que a participação cidadã e a organização comunitária são factores essenciais para o sucesso de políticas públicas voltadas para os trabalhadores informais. Ele argumenta que é preciso criar espaços de diálogo entre o governo, a sociedade civil e os trabalhadores, a fim de desenvolver soluções que atendam às necessidades específicas desse grupo.

Amaral (2005), discute a informalidade no contexto africano, destacando as dificuldades que os vendedores informais enfrentam para se inscrever nos sistemas formais de protecção social. Ele enfatiza que a falta de informação e a burocracia excessiva são barreiras comuns, e propõe que sejam implementadas campanhas de sensibilização em mercados e eventos comunitários para disseminar informações sobre os benefícios de se integrar aos sistemas de segurança social.

Além disso, Da Silva & Andrade (2000), analisam as desigualdades de género dentro do mercado informal, particularmente no sector de comércio ambulante. Os autores sublinham que as mulheres vendedoras informais enfrentam desafios adicionais, como a falta de acesso a crédito e a discriminação. Eles defendem a criação de políticas públicas que incluam uma abordagem de género, garantindo que as mulheres tenham igual acesso a recursos e oportunidades dentro dos programas de protecção social.

A literatura destaca diversas barreiras económicas, sociais, educacionais, legais e institucionais que dificultam o acesso dos trabalhadores informais à protecção social complementar. As estratégias sugeridas para superar essas barreiras incluem a implementação de políticas públicas redistributivas, programas de educação e capacitação, fortalecimento da economia solidária, desenvolvimento de estratégias de intervenção territorial, promoção da justiça distributiva e igualdade de oportunidades, incentivo à participação cidadã e organização comunitária, e abordagens sensíveis ao género. Essas estratégias visam promover uma protecção social mais inclusiva e equitativa, reconhecendo e apoiando as especificidades e necessidades dos trabalhadores informais.

O mercado Janet, localizado em Maputo, é um espaço crucial onde os vendedores informais desempenham um papel vital na economia local. No entanto, a eficácia da protecção social

complementar destinada a esse grupo específico permanece pouco explorada. A protecção social complementar visa fornecer suporte adicional aos vendedores informais, abordando questões como acesso à saúde, educação e segurança financeira. Canagarajah e Sethuraman (2001), observam que, embora tenham ocorrido mudanças significativas na protecção social, a crescente força de trabalho no sector informal dificulta o acesso à protecção social para muitos, destacando a necessidade de abordagens mais abrangentes. As tentativas de expandir formas ortodoxas de protecção social no sector informal em países em desenvolvimento não têm sido bem-sucedidas, devido à insegurança de renda causada pela informalidade. Além disso, a presença predominante de mercados de bens e serviços de baixa qualidade e custo beneficia a produção e distribuição competitiva, mesmo entre aqueles com poucas habilidades. Isso cria uma dependência dos pequenos produtores e vendedores em relação ao sector formal (Cacciamalli, 2007).

Diante deste problema, surge a necessidade de uma investigação mais aprofundada para compreender as causas da fraca adesão à protecção social complementar pelos vendedores informais no mercado Janet e seus impactos na perpetuação da pobreza e vulnerabilidade económica nesse grupo específico, quando da falta de capacidades para a sua reprodução material. Esta pesquisa tem como pergunta norteadora a seguinte:

Pergunta de pesquisa

1. Quais são os factores que influenciam o acesso à protecção social complementar dos vendedores informais no mercado Janet, tendo em conta o elevado número de vendedores que não estão inscritos neste sistema?

1.1 Hipóteses:

1. A falta de acesso dos vendedores informais no mercado Janet a programas eficazes de protecção social complementar está directamente associada à falta de informação e nível educacional;
2. Os factores que influenciam o acesso à protecção social complementar dos vendedores informais no mercado Janet, por outro lado, têm a ver com o tipo de actividade comercial.

1.2. Justificativa

Partindo do pressuposto de que o comércio informal constitui uma das bases para o desenvolvimento de um país e tem sido uma fonte de renda para muitas famílias, assume um significado importante na vida do ser humano. O mesmo pode ser prejudicial quando o indivíduo não age em prol do seu futuro enquanto está na idade activa e com força ou condições físicas para exercer uma actividade que garanta a sua reprodução material. A motivação da escolha do tema tem a ver com uma situação em que se abordou uma conversa com um vendedor informal sobre a protecção social do mesmo, onde o vendedor assumiu que não tinha a necessidade da mesma, devido à complexidade e à falta de credibilidade no processo, e aos desafios que poderiam surgir no período dos benefícios. O vendedor afirmou que preferia guardar pessoalmente os seus recursos e que o seu futuro estava nas mãos de Deus. Foi através desse posicionamento que surgiu muita inquietação e reflexão, motivando o pesquisador na escolha deste tema para um melhor aprofundamento.

Esta pesquisa é pessoalmente relevante, pois permite uma imersão no contexto dos vendedores informais do mercado Janet em Moçambique. Ao investigar os desafios enfrentados por esses vendedores em relação à adesão aos programas de protecção social complementar, dará oportunidade de compreender mais profundamente as complexidades e nuances do trabalho informal e da vulnerabilidade socioeconómica. Além disso, esta pesquisa oferece uma chance de contribuir activamente para a melhoria das condições de vida de uma população frequentemente marginalizada e sub-representada.

Do ponto de vista social, esta pesquisa é relevante porque os vendedores informais desempenham um papel significativo na economia local e são frequentemente uma das populações mais vulneráveis e marginalizadas. Compreender os desafios que enfrentam em relação à protecção social é crucial para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes que possam melhorar seu bem-estar e promover uma maior inclusão social. Além disso, ao reduzir a pobreza e vulnerabilidade entre os vendedores informais, esta pesquisa pode

contribuir para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável em Moçambique.

No âmbito científico, esta pesquisa contribui para o corpo de conhecimento existente sobre a eficácia dos programas de protecção social complementar em contextos de trabalho informal. Ao investigar as causas da não adesão e seus impactos, esta pesquisa pode fornecer bases teóricas e empíricas que podem ser aplicados em outros contextos similares, tanto em Moçambique quanto em outros países em desenvolvimento. Além disso, ao utilizar uma abordagem baseada em evidências para examinar questões sociais complexas, esta pesquisa demonstra o potencial da pesquisa académica para informar e orientar políticas e práticas no campo da protecção social.

Em suma, esta pesquisa é pessoalmente relevante para os vendedores informais, socialmente relevante para a comunidade e cientificamente relevante para o avanço do conhecimento na área da protecção social e trabalho informal.

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- Analisar os factores que influem no acesso a protecção social complementar dos vendedores informais no mercado Janet.

1.3.2. Específicos:

- Identificar os principais factores que dificultam o acesso dos vendedores informais do Mercado Janet em programas de protecção social complementar;
- Descrever as consequências da não participação dos vendedores informais do Mercado Janet nos programas de protecção social;
- Propor sugestões para reduzir as barreiras no acesso a protecção social complementar nos vendedores informais do mercado Janet.

No que diz respeito à estrutura do trabalho, após a introdução, segue-se o primeiro capítulo, constituído pelo enquadramento teórico e conceitual. Nele, apresenta-se a teoria de base utilizada para a análise dos dados na pesquisa e a conceitualização dos conceitos-chave.

O segundo capítulo apresenta o plano de intervenção social, destacando as actividades realizadas pelos vendedores informais no mercado Janet e os factores relacionados, com o objectivo de intervir no problema identificado.

O terceiro capítulo refere-se à metodologia, ilustrando os procedimentos técnicos seguidos para o desenvolvimento da pesquisa, incluindo os constrangimentos enfrentados ao longo do processo investigativo.

No quarto e último capítulo, faz-se a apresentação, análise, interpretação e discussão dos dados, propondo melhorias nas acções voltadas para a ampliação do acesso à protecção social complementar dos vendedores informais. Por fim, são apresentadas a conclusão, a bibliografia consultada e os apêndices.

2. CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

No presente capítulo, procede-se à apresentação da teoria que sustenta a pesquisa, bem como à discussão e operacionalização dos conceitos-chave utilizados no trabalho.

2.1. Enquadramento Teórico

Para analisar os factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais no Mercado Janet, optou-se pela teoria da justiça social, proposta por John Rawls na obra *Uma Teoria da Justiça* (1971/2003).

A teoria rawlsiana oferece uma lente ética e normativa para compreender como as instituições sociais devem ser estruturadas a fim de garantir justiça e equidade, especialmente para os menos favorecidos. Rawls propõe dois princípios fundamentais: o princípio da liberdade, que assegura direitos e liberdades iguais para todos, e o princípio da diferença, segundo o qual as desigualdades sociais e económicas só são legítimas se beneficiarem os indivíduos em posições mais desvantajosas (Rawls, 2003).

No contexto do Mercado Janet, os vendedores informais operam em condições marcadas por insegurança, exclusão do sistema formal e ausência de garantias de protecção social. A partir da perspectiva rawlsiana, essa realidade evidencia uma violação do princípio da equidade. Esses trabalhadores, embora desempenhem papel relevante na economia local, permanecem à margem das estruturas institucionais que deveriam garantir-lhes oportunidades justas e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, previdência e segurança no trabalho (Rawls, 2003 apud Ribeiro, 2016).

Rawls defende que as instituições devem ser desenhadas a partir de uma posição original hipotética, onde os indivíduos, sob o véu da ignorância, escolheriam princípios de justiça sem saber qual seria sua posição na sociedade. Nesse cenário, é provável que optassem por um sistema que protegesse os mais vulneráveis. Aplicando essa lógica ao caso dos vendedores informais, é possível argumentar que sua exclusão da protecção social complementar viola os princípios fundamentais da justiça distributiva e da igualdade de oportunidades (Rawls, 2003).

Além disso, políticas públicas que garantam a inclusão dos trabalhadores informais no sistema de protecção social devem ser orientadas não apenas pela lógica da eficiência ou da sustentabilidade fiscal, mas sobretudo por uma lógica de justiça, que reconheça as vulnerabilidades sociais históricas e as corrija de forma redistributiva e equitativa (Behring, 2018).

A escolha pela teoria da justiça social de John Rawls justifica-se pelo fato de sua abordagem oferecer uma base normativa sólida para analisar o acesso à protecção social como um direito universal, colocando os mais desfavorecidos no centro das prioridades políticas. Essa lente teórica revela-se pertinente para analisar criticamente a realidade dos vendedores informais no Mercado Janet e propor políticas públicas baseadas na equidade e na inclusão.

2.2. Conceptualização e operacionalização dos conceitos chave

Nesta secção procuramos trazer a definição, discussão e a operacionalização dos conceitos que foram utilizados no decorrer da presente pesquisa. Esta pesquisa toma como conceitos-chave os seguintes: Protecção social, Protecção social complementar, Vendedores informais e Serviço Social.

2.2.1. Protecção Social

A protecção social, segundo Ribeiro (2016), é um direito de cidadania e um mecanismo de redistribuição que visa garantir a igualdade de condições e a justiça social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais. Para Ribeiro, ela deve ser universal, pública e articulada com políticas sociais que promovam a equidade. Já Silva (2020), adverte que, nas últimas décadas, houve um retrocesso nos sistemas de protecção social, principalmente devido às políticas neoliberais que promovem cortes nos gastos sociais, flexibilização do trabalho e mercantilização dos direitos. Ele argumenta que esses processos têm fragilizado a seguridade social, tornando-a cada vez mais excludente. No contexto moçambicano, Castel-Branco (2015), aponta que a protecção social muitas vezes é tratada sob uma lógica assistencialista e de dependência externa, o que limita sua eficácia e impede sua consolidação como direito. Segundo

ele, a ausência de políticas estruturadas de protecção social no país reflecte uma fragilidade institucional e uma dependência das organizações internacionais, o que compromete sua sustentabilidade.

A discussão entre os autores revela que, apesar de todos reconhecerem a importância da protecção social, há diferenças em relação à sua concretização e efectividade. Ribeiro propõe uma perspectiva ampliada e comprometida com os direitos sociais; Silva enfatiza os desafios contemporâneos impostos pelas políticas de austeridade; e Castel-Branco alerta para os entraves específicos do contexto moçambicano. Essas diferentes abordagens enriquecem a compreensão do conceito, mostrando que a protecção social não é apenas um sistema técnico, mas um campo de disputas ideológicas e políticas.

Para esta pesquisa, Optou-se pelo conceito de Ribeiro (2016), pois sua abordagem integra a protecção social à cidadania, ao papel activo do Estado e à transformação social, alinhando-se aos princípios ético-políticos do Serviço Social.

2.2.2. Protecção social complementar

Behring (2018), concebe a protecção social complementar como parte integrante do sistema de seguridade social e destaca que ela deve estar articulada com as políticas públicas e voltada à ampliação dos direitos dos trabalhadores excluídos da formalidade. Ela alerta que o risco da protecção social complementar tornar-se um substituto da protecção estatal existe, especialmente quando esta é promovida sob a lógica do mercado ou por meio de organizações não estatais. Para Quive (2007), a realidade moçambicana mostra que os trabalhadores informais estão à margem tanto da protecção básica quanto da complementar, pois o sistema de segurança social é restritivo e exige formas de contribuição incompatíveis com a renda instável dos informais. Machado (2018), por sua vez, entende que a protecção social complementar, no caso de Moçambique, deve ser repensada a partir das especificidades do sector informal. Ela propõe a criação de mecanismos legais e institucionais mais inclusivos, que considerem as dinâmicas próprias do trabalho informal, como a contribuição flexível, a descentralização dos serviços e a valorização das formas comunitárias de organização.

Ao compararmos essas perspectivas, percebe-se que Behring contribui com uma crítica à mercantilização da protecção social complementar e ressalta sua importância estratégica para populações excluídas. Quive expõe o distanciamento entre as políticas públicas e a realidade vivida pelos trabalhadores informais moçambicanos. Já Machado aponta caminhos concretos para a inclusão dos informais no sistema, partindo de uma leitura sensível às especificidades locais. A conjugação dessas visões reforça que a protecção social complementar não deve ser vista como um favor ou ajuda pontual, mas como parte de um projecto de justiça social e inclusão económica.

Para a pesquisa em questão, Optou-se pelo conceito de Behring (2018), por entender que sua proposta assegura o vínculo entre a protecção complementar e as políticas públicas de seguridade social, reforçando a responsabilidade estatal e garantindo direitos aos trabalhadores informais.

2.2.3. Vendedores Informais

Nogueira (2016), define os vendedores informais como uma categoria social que emerge da exclusão estrutural do mercado de trabalho formal, especialmente em países com altos índices de desigualdade e desemprego. Para ele, a informalidade não é uma escolha voluntária, mas uma forma de sobrevivência diante da ausência de alternativas dignas de trabalho. Matos (2018), complementa essa análise ao defender que os vendedores informais devem ser reconhecidos como atores económicos legítimos, com potencial para contribuir para o desenvolvimento local. Ele propõe políticas públicas que fortaleçam a sua capacidade produtiva, como o microcrédito, a capacitação técnica e o acesso a espaços adequados para o exercício da actividade. Fumo (2020), por outro lado, enfatiza a dimensão cultural e relacional dos vendedores informais, mostrando que eles criam redes de solidariedade, práticas colectivas de resistência e formas autónomas de organização para enfrentar a precariedade e a exclusão.

Essa diversidade de enfoques enriquece o debate: Nogueira adopta uma perspectiva estrutural, evidenciando a informalidade como expressão das contradições do capitalismo; Matos propõe uma abordagem de desenvolvimento, com foco em políticas de apoio e inclusão produtiva; Fumo destaca o protagonismo e a criatividade dos próprios trabalhadores informais na construção de

alternativas de vida. Em conjunto, essas abordagens revelam que os vendedores informais não são apenas vítimas do sistema, mas também sujeitos activos, com saberes, práticas e demandas legítimas que precisam ser reconhecidas e valorizadas.

Para esta pesquisa, Optou-se pelo conceito de Nogueira (2016), por oferecer uma leitura crítica que reconhece a informalidade como fenómeno estrutural, articulando exclusão social e luta por reconhecimento, o que se alinha com os objectivos do presente estudo.

2.2.4. Serviço Social

A Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS), define o Serviço Social como uma profissão que se fundamenta tanto na prática quanto na teoria académica, com o objectivo de promover a mudança e o desenvolvimento social, a coesão comunitária e o fortalecimento e libertação dos indivíduos. O Serviço Social tem como princípios centrais a justiça social, os direitos humanos, a responsabilidade colectiva e o respeito à diversidade. Sua prática é sustentada por teorias do Serviço Social e das ciências sociais, humanas, e pelo conhecimento das culturas e saberes locais. Com base nisso, o Serviço Social busca envolver pessoas e estruturas sociais na resolução dos desafios da vida quotidiana, promovendo, assim, o bem-estar e a inclusão social (FITS, 2014).

Segundo Netto (2011), o Serviço Social é uma profissão inserida nas contradições do modo de produção capitalista, cuja prática se dá na mediação dos conflitos sociais, com vistas à emancipação dos sujeitos. Ele sustenta uma concepção crítica, que parte da análise das determinações históricas e sociais que moldam a profissão, e defende uma actuação comprometida com a transformação da realidade. Behring (2018), reforça essa perspectiva ao afirmar que o Serviço Social deve disputar os rumos das políticas públicas, actuando na formulação e execução de programas sociais que garantam direitos e promovam justiça social. Ela defende a actuação dos assistentes sociais como sujeitos políticos, envolvidos na defesa do orçamento público, na ampliação da participação popular e no enfrentamento das desigualdades. Já Mahumana (2020), ao analisar o Serviço Social em Moçambique, destaca a necessidade de uma prática ancorada na pedagogia social e na escuta activa das comunidades. Ele valoriza a

mediação cultural e o diálogo com os saberes locais como ferramentas fundamentais para uma intervenção eficaz e respeitosa.

Essas três abordagens convergem na defesa de um Serviço Social comprometido com os direitos e com a justiça social, mas diferem nas ênfases: Netto aposta na análise estrutural e na crítica ao sistema capitalista; Behring destaca a disputa por políticas públicas e orçamento; Mahumana enfatiza a dimensão comunitária, a mediação cultural e a construção de vínculos com a população. Ao integrar essas leituras, observa-se que o Serviço Social é uma profissão de carácter político, cuja intervenção exige tanto análise crítica quanto sensibilidade às especificidades locais e culturais dos contextos em que atua.

3. CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DE PLANO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo apresenta as actividades realizadas no âmbito da pesquisa desenvolvida no Mercado Janet, tendo como objectivo abordar e mitigar as barreiras que dificultam o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar. O plano de intervenção compreendeu acções socioeducativas e informativas voltadas aos vendedores informais, em colaboração com representantes do mercado e técnicos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

3.1. Reunião com os Técnicos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)

A primeira actividade consistiu na realização de uma reunião entre o pesquisador e os técnicos do INSS, com o objectivo de apresentar os objectivos da pesquisa e articular acções educativas junto aos vendedores informais do Mercado Janet. As reuniões, enquanto técnica de trabalho colectivo, constituem momentos de partilha de saberes e construção conjunta de estratégias, sendo fundamentais para uma abordagem interdisciplinar e dialógica no campo das ciências sociais (Lakatos e Marconi, 2003).

Durante o encontro, foram debatidas as barreiras que limitam o acesso à protecção social complementar, especialmente a ausência de informação e a fraca compreensão sobre os benefícios associados à filiação nos regimes contributivos. Os técnicos do INSS mostraram-se abertos à proposta e comprometeram-se em apoiar a realização de actividades de sensibilização que contribuam para a ampliação do acesso dos vendedores informais à protecção social complementar.

3.2. Planeamento e Implementação de Acções Socioeducativas

As acções socioeducativas foram pensadas como estratégia de empoderamento e mobilização crítica dos sujeitos envolvidos, visando o fortalecimento da cidadania e a valorização do direito à protecção social. Inspiradas na concepção de mediação educativa transformadora, estas acções

tiveram como foco o esclarecimento dos direitos sociais e das possibilidades de adesão aos regimes complementares de protecção (Laville e Dionne, 1999).

As actividades previstas incluíram palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos. Todo o processo de planeamento respeitou as especificidades culturais e económicas do grupo-alvo, conforme recomendado por Lakatos e Marconi (2003), para quem a adequação metodológica deve considerar o contexto dos sujeitos e os objectivos da intervenção.

3.3. Realização das Actividades Socioeducativas

As acções socioeducativas foram pensadas como estratégia de empoderamento e mobilização crítica dos sujeitos envolvidos, visando o fortalecimento da cidadania e a valorização do direito à protecção social. Inspiradas na concepção de mediação educativa transformadora, estas acções tiveram como foco o esclarecimento dos direitos sociais e das possibilidades de adesão aos regimes complementares de protecção (Laville e Dionne, 1999).

As actividades previstas incluíram palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais informativos. Todo o processo de planeamento respeitou as especificidades culturais e económicas do grupo-alvo, conforme recomendado por Lakatos e Marconi (2003), para quem a adequação metodológica deve considerar o contexto dos sujeitos e os objectivos da intervenção.

3.4. Reunião entre o Pesquisador e as Autoridades do Mercado Janet

Ade à intervenção, realizou-se uma reunião com os líderes e representantes do Mercado Janet. A actividade teve como propósito sensibilizá-los sobre a relevância da protecção social para os vendedores informais e apresentar os dados preliminares da pesquisa. A articulação com lideranças locais é reconhecida como etapa estratégica, pois favorece a construção de respostas socialmente legitimadas e mais eficazes (Lakatos e Marconi, 2003).

O diálogo estabelecido permitiu levantar questões institucionais que também dificultam o acesso aos programas de protecção social, como a falta de políticas direccionadas aos trabalhadores informais e a desarticulação entre diferentes órgãos públicos. O encontro culminou com o compromisso das autoridades em apoiar futuras acções no mercado e difundir as informações junto aos vendedores.

3.5. Visitas Domiciliárias aos Vendedores Informais

As visitas domiciliárias foram previstas como parte da estratégia de intervenção, por permitirem uma análise mais aprofundada das condições sociais, económicas e familiares dos vendedores informais. Essa técnica, conforme Bavaresco e Goin (s/d), possibilita conhecer o quotidiano dos sujeitos no espaço onde suas relações se constroem e se reproduzem, revelando aspectos ocultos de sua realidade.

A proposta visava realizar visitas com os vendedores que manifestassem interesse e disponibilidade, de forma a observar directamente os desafios enfrentados e captar de forma mais sensível as barreiras ao acesso à protecção social. Como enfatizam Laville e Dionne (1999), é no contacto directo com o sujeito, em seu espaço vital, que se constrói uma intervenção situada, crítica e transformadora.

Apesar do planeamento, a actividade não foi concretizada devido à indisponibilidade dos vendedores informais em abrir espaço em sua rotina para a visita. Ainda assim, a inclusão da proposta no plano de intervenção reflecte o compromisso com uma abordagem centrada no sujeito, que valoriza suas experiências e busca respostas contextualizadas às suas necessidades.

4. CAPITULO III: METODOLOGIA

No presente capítulo pretende-se apresentar a metodologia adoptada para a elaboração deste trabalho, destacando os procedimentos, as abordagens e as técnicas utilizadas na recolha dos dados, assim como os mecanismos implementados para garantir a validade, fiabilidade e ética durante a pesquisa e a produção do relatório final.

4.1. Natureza da Pesquisa

Para a realização desta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, enfatizando o trabalho de campo, o que é mais indicado para as ciências sociais. Segundo Minayo e Sanches (2012), a pesquisa qualitativa promove uma aproximação íntima entre o grupo alvo e o pesquisador, considerando que ambos são da mesma natureza. Essa abordagem permite que o investigador mergulhe profundamente no campo social, desenvolvendo empatia e descobrindo as acções, intenções e planos dos atores, tornando significativas as representações, estruturas e relações (Minayo e Sanches, 2012, p. 244).

A pesquisa qualitativa é especialmente relevante para compreender o contexto em que as questões sociais ocorrem (Laville e Dionne, 1999). Assim, esta abordagem foi escolhida para entender melhor as actividades desenvolvidas pelos vendedores informais no mercado Janet e os factores associados a essas actividades.

4.2. Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa desenvolvido é descritivo. Este tipo de pesquisa caracteriza-se por descrever uma realidade tal como ela se apresenta, conhecendo e interpretando-a através da observação, do registo, da correlação e da análise dos factos ou fenómenos. Segundo Gil (2008, p.28), as pesquisas descritivas têm como objectivo principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Neste caso, descreveu-se o perfil sociodemográfico dos vendedores informais no mercado Janet e reflectiu-se sobre suas actividades e o acesso à protecção social complementar.

4.3. Método de Pesquisa

Neste trabalho, utilizamos o método de pesquisa-acção, conforme Thiollent (2009), que visa resolver ou esclarecer uma questão social específica, focando na produção de conhecimento e na acção prática no terreno. Gil (2008, p. 77), descreve a pesquisa-acção como aquela que identifica problemas relevantes dentro da situação pesquisada e define um plano de intervenção para resolver esses problemas, acompanhando os resultados obtidos. Na presente pesquisa, além de compreender o problema, desenvolvemos actividades voltadas ao bem-estar dos vendedores informais e propusemos medidas que o Estado pode adoptar para melhorar a protecção social complementar.

4.4. Método de Procedimento

Adoptamos o método monográfico, ou estudo de caso, que segundo Gil (2008), permite que o estudo de um caso em profundidade seja representativo de muitos outros casos semelhantes. Esta pesquisa é um estudo de caso sobre os factores que influenciam no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais no mercado Janet.

4.5. População e Amostra

A pesquisa foi realizada no mercado Janet, localizado em Maputo, onde de acordo com as estruturas do mercado, população vendedora daquele mercado esta para 563vendedores. A amostra consistiu de 20 vendedores informais, seleccionados de forma não-probabilística por tipicidade ou intencional. Segundo Gil (2008, p. 80), este tipo de amostragem envolve a selecção de um subgrupo da população que possa ser considerado representativo de toda a população com base nas informações disponíveis.

4.6. Instrumentos de Recolha de Dados

Para a recolha de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada acompanhado de guião de entrevista como instrumento principal. Segundo Marconi e Lakatos (2004, p. 197), a entrevista é um ato que reúne duas ou mais pessoas com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; trata-se de um momento de escuta atenta, onde o pesquisador, ao ouvir, não apenas recebe informações, mas também reflecte sobre elas, identificando possíveis questões e demandas apresentadas pelos entrevistados (Favero, 2010).

No caso específico da presente pesquisa, a entrevista semiestruturada foi conduzida com vendedores informais no Mercado Janet. As perguntas foram pré-estabelecidas, abordando temas relevantes ao acesso à protecção social complementar e os desafios enfrentados no exercício de suas actividades. Contudo, o pesquisador manteve-se aberto para formular novas perguntas conforme surgiam tópicos relevantes durante as entrevistas, garantindo assim profundidade nas respostas e uma melhor compreensão das experiências e percepções dos entrevistados.

Além disso, a observação participante foi utilizada como instrumento complementar. Segundo Minayo (2012), esta técnica envolve a percepção e o entendimento de situações ou eventos que podem ajudar a explicar a realidade dos sujeitos pesquisados. A observação participante permite que o pesquisador não apenas registre fenómenos visíveis, mas também compreenda o significado social desses eventos, ajudando a construir uma visão mais ampla do contexto estudado.

Minayo (2012), define a observação participante como um processo pelo qual o pesquisador se insere na realidade social dos sujeitos investigados, buscando compreender a dinâmica das relações e o contexto cultural em que estão inseridos. Durante a pesquisa no Mercado Janet, esta técnica foi aplicada através do envolvimento directo com os vendedores informais, observando suas actividades diárias, interacções, estratégias de sobrevivência e os desafios enfrentados em seu quotidiano de trabalho.

Assim, a combinação da entrevista semiestruturada com a observação participante possibilitou ao pesquisador captar tanto as perspectivas subjectivas dos vendedores informais quanto as dinâmicas sociais e culturais que permeiam o ambiente do mercado. Esse enfoque metodológico

contribuiu para uma compreensão mais profunda dos factores que influenciam o acesso à protecção social complementar para os vendedores informais no Mercado Janet.

4.7. Análise e Tratamento dos Dados

Para a análise e tratamento dos dados das entrevistas, recorreu-se ao modelo aberto de categorização proposto por Laville e Dionne (1999, p. 186), que envolve a definição de categorias com base nos dados colhidos durante a pesquisa. O processo incluiu as fases de leitura, descrição, classificação e interpretação dos dados, conforme Laville e Dionne (1999).

4.8. Validade e Fiabilidade dos Resultados

Para garantir a validade dos resultados, utilizou-se o teste-reteste, confrontando dados adquiridos de fontes diferentes, como observações e entrevistas, para assegurar a veracidade da informação. A fiabilidade foi garantida pela fidelidade do pesquisador aos dados fornecidos pelos informantes.

4.9. Aspectos Éticos da Pesquisa

Segundo Tatiana (2009), Para que uma pesquisa seja credível, é importante que observemos as questões éticas como por exemplo: Não cometer plágio ou seja, não adulteração de quaisquer documentos, temos que garantir a integridade dos indivíduos, das instituições, temos que pautar pela neutralidade axiológica, respeitar os direito dos autores, e evitar a fraude académica. Contudo, não podemos nos apoderar de qualquer material científico que não nos pertence.

A pesquisa seguiu rigorosamente os princípios éticos, incluindo a obtenção de consentimento informado dos participantes, a preservação da identidade e confidencialidade dos informantes, e a garantia da integridade dos indivíduos e instituições envolvidas (Tatiana, 2009).

4.10. Constrangimentos Obtidos durante a Pesquisa

Durante a colecta de dados, enfrentaram-se alguns constrangimentos, como a falha na emissão da credencial por parte da faculdade, a falha tinha que ver com o nome da instituição onde devia ser entregue, que era o INSS, e a secretaria quando se apercebeu que o nome da instituição estava com erros quase que devolvia a credencial, mas quando explicados oralmente qual era o objectivo e a credencial tinha falha por uma confusão com o local do tema, por conta da deficiência do pesquisador, não se pode ler a credencial após ter levado no registo académico da faculdade confiante que estava tudo certo. Outra barreira tem que ver com a distração dos entrevistados devido ao ambiente de trabalho, a presença dos clientes que dificultavam as entrevistas e a barreira linguística. Esses desafios foram superados por meio de ajustes no local e horário das entrevistas, negociações com autoridades do mercado e assistência de um intérprete.

A metodologia adoptada foi cuidadosamente planeada para garantir uma compreensão profunda das actividades dos vendedores informais no mercado Janet e os factores que influenciam o acesso à protecção social complementar. A abordagem qualitativa e descritiva, aliada ao método de pesquisa-acção, permitiu uma análise detalhada e abrangente, com o compromisso ético e a validade dos resultados assegurados em todas as etapas da pesquisa. Outra limitação tem a ver com o número reduzido de participantes e a um único mercado informal, devido a dinâmica dos vendedores informais, o que limita a generalização dos dados para outros contextos similares

5. CAPÍTULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No presente capítulo, serão apresentados, analisados e interpretados os dados recolhidos no Mercado Janet. Primeiramente, serão discutidos os dados referentes ao perfil sociodemográfico dos entrevistados, seguidos das percepções sobre a protecção social complementar para vendedores informais, bem como os desafios e as possíveis medidas para a inclusão desses trabalhadores em sistemas de protecção social.

5.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Neste subcapítulo, apresentaremos o perfil dos entrevistados, destacando aspectos como: idade, sexo, estado civil, moradia, nível académico, tempo de actividade como vendedor informal e renda mensal.

Aspecto	Descrição
Idade	Varia entre 18 e 62 anos
Sexo	9 Masculino, 11 Feminino
Estado Civil	1 Casado, 11 Viveram Maritalmente, 8 Solteiros
Condição de Moradia	15 Proprietários, 5 Arrendam ou ocupam
Nível Académico	14 Ensino Básico Incompleto, 3 Ensino Médio, 1 Ensino Superior, 2 Sem Escolaridade
Tempo de Actividade como Vendedor Informal	De 1 a 30 anos de experiência

Renda Mensal	3 Renda Fixa, 17 Varia conforme condições do mercado, 8 Acima do salário mínimo, 12 Abaixo do salário mínimo
--------------	--

Fonte: Adaptado com base nos depoimentos dos entrevistados (2024).

5.2. Principal Desafios para o Acesso à Protecção Social Complementar para Vendedores Informais no Mercado Janet

Neste subcapítulo, serão explorados os principais desafios e obstáculos que os vendedores informais do Mercado Janet enfrentam para ter acesso aos programas de protecção social complementar. Esses desafios foram identificados com base nas entrevistas realizadas com os vendedores, revelando uma diversidade de percepções e experiências que dificultam a adesão e o aproveitamento dos benefícios desses programas, quando questionados os vendedores sobre factores que dificultam o acesso na inscrição a protecção social, as respostas foram as seguintes:

“A gente até ouve falar do INSS, mas não sabe como começar, falta informação” (Participante 1). Este distanciamento institucional demonstra a fragilidade na comunicação entre o Estado e os trabalhadores informais, como observado por Ali (2011), que propõe campanhas de sensibilização nos próprios espaços de trabalho como forma de promover engajamento.

Além disso, a mentalidade voltada para a sobrevivência imediata — comum entre trabalhadores informais — constitui outro desafio importante. Muitos vendedores priorizam alternativas como o xitique, que oferecem retornos rápidos, em detrimento de contribuições para benefícios de longo prazo. Conforme argumenta Cacciamali (2000), a ausência de retorno imediato faz com que programas de aposentadoria percam atractividade frente à lógica de subsistência diária.

A insuficiência de renda também se destaca como um factor impeditivo: *“o que eu ganho só dá para as despesas da casa”* (Participante 3). Tal realidade demonstra a necessidade de políticas contributivas mais flexíveis, com valores ajustados à capacidade real dos trabalhadores, como

sugerem Chivangue (2012), A adoção de contribuições proporcionais à renda pode ser fundamental para a inclusão desses grupos sem comprometer sua sobrevivência.

O cotidiano exaustivo do trabalho informal, marcado por longas jornadas e ausência de pausas, reduz o tempo disponível para buscar informações ou aderir aos programas: “*nós acordamos e viemos ao mercado e não sobra cabeça nem para procurar mais sobre isso*” (Participante 7). Amaral (2005), destaca que a proteção social deve estar presente nos próprios ambientes de trabalho informal, como os mercados, de modo a facilitar o acesso e reduzir barreiras operacionais.

Adicionalmente, a desconfiança nas instituições públicas, motivada por relatos de corrupção e má gestão, também compromete a adesão: “*temos escutado que desapareceu dinheiro e como é que vou confiar? Não posso perder o meu dinheiro*” (Participante 5). Esse cenário reforça o argumento de Francisco e Paulo (2006), que defendem a transparência e a participação activa dos beneficiários como pilares essenciais para restaurar a confiança nos programas públicos.

A insegurança institucional é agravada pelo medo de fraudes: “*agente até pode contribuir, mas depois, na hora que a gente precisa, o dinheiro some*” (Participante 6). Chivangue (2012) propõe que redes de apoio comunitário atuem como pontes entre o Estado e os trabalhadores, legitimando os programas e reduzindo o receio de manipulações ou abusos.

Todos esses desafios, quando analisados à luz da teoria da justiça como equidade de John Rawls (2003), configuram-se como desigualdades injustificadas. O autor defende que instituições sociais devem beneficiar os menos favorecidos e promover a equidade no acesso a direitos fundamentais — incluindo a proteção social. No contexto do Mercado Janet, os obstáculos identificados evidenciam uma exclusão estrutural que compromete esse princípio de justiça.

5.3. Consequências da Não Participação na Protecção Social Complementar

A ausência de mecanismos efectivos de protecção social complementar para os vendedores informais do Mercado Janet gera consequências profundas que se estendem para além do plano individual, alcançando dimensões familiares e sociais. Os dados obtidos nas entrevistas

evidenciam que a exclusão desses trabalhadores do sistema formal de protecção compromete directamente suas condições de vida, segurança económica e dignidade, sobretudo nos momentos em que mais necessitam de apoio.

Uma das consequências mais evidentes é a necessidade de continuar a trabalhar mesmo em idade avançada, como relatado por vários entrevistados quando questionado sobre as consequências que advêm da falta da protecção social formal?

A Entrevistada 2 mencionou: *“Já estou cansada, mas se não venho vender, não como. Não tenho nada guardado para parar de trabalhar.”* Essa realidade mostra a ausência de qualquer tipo de previdência ou poupança que assegure uma velhice minimamente confortável, confirmando os alertas de Francisco & Paulo (2006), sobre como a desprotecção no trabalho informal perpetua o ciclo de pobreza entre gerações.

A falta de suporte em caso de doença grave ou invalidez foi igualmente apontada como crítica. O Entrevistado 7 afirmou: *“Se eu ficar doente e não puder mais vir aqui, vou depender dos meus filhos ou do suporte da minha família. Não tenho nenhum fundo, nenhum seguro.”* Esse depoimento mostra como a inexistência de protecção social expõe os trabalhadores a situações de extrema vulnerabilidade, deixando-os à mercê da solidariedade familiar ou comunitária. Chivangue (2012), observa que, nestes casos, a exclusão da protecção social compromete directamente a saúde e a dignidade dos trabalhadores informais.

Além disso, vários vendedores enfatizaram a exclusão de benefícios sociais que poderiam melhorar sua qualidade de vida. Como declarou a Entrevistada 11: *“O Estado ajuda só quem está no governo. Nós ficamos sempre de fora, mesmo que estejamos a trabalhar duro.”* Essa percepção reforça o argumento de Francisco & Paulo (2006), que destaca a injustiça social presente nas políticas que vinculam o direito à protecção à formalidade do vínculo laboral, desconsiderando a contribuição económica e social dos trabalhadores informais.

Outro efeito grave é o risco de pobreza e marginalização social. O Entrevistado 10 reflectiu: *“Quando a gente já não tiver força, vai ser difícil. Sem nenhum apoio, vamos acabar na miséria.”* Esse relato reforça a ideia de que a exclusão da protecção social atua como factor de agravamento das desigualdades, lançando trabalhadores para fora dos circuitos de cidadania e

amparo público. Chivangue (2012), já apontava que, a maioria dos trabalhadores informais não é integrada ao sistema de segurança social, o que contribui para a reprodução da exclusão estrutural.

A dependência de familiares ou terceiros também foi amplamente mencionada como um cenário temido por muitos entrevistados. A Entrevistada 13 explicou: “*Não quero ser peso para meus filhos, mas se não pagarmos, é isso que vai acontecer.*” Essa fala revela um sentimento de impotência frente à ausência de alternativas de amparo institucional, e aponta para a fragilidade dos laços familiares em contextos de crise prolongada.

Por fim, os vendedores também relataram a incapacidade de planejar futuro, o que leva à insegurança permanente. O Entrevistado 17 afirmou: “*Vivemos dia após dia. Não temos como pensar no futuro porque não temos nenhuma garantia.*” Essa ausência de perspectiva compromete a noção de cidadania activa e limita a possibilidade de construir trajetórias de vida mais estáveis e seguras. A partir da perspectiva de Rawls, a ausência de protecção social compromete o princípio da justiça distributiva. Segundo sua teoria, as desigualdades sociais e económicas só são aceitáveis se beneficiarem os menos favorecidos – o que não ocorre quando trabalhadores informais estão totalmente excluídos dos mecanismos de protecção. Assim, garantir o acesso a esses programas é uma exigência ética para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa.

5.4. Propostas de Mecanismos para Melhorar o Acesso à Protecção Social Complementar para Vendedores Informais no Mercado Janet

As entrevistas revelaram que, embora muitos vendedores informais desconheçam os mecanismos da protecção social complementar, há uma predisposição positiva para aderirem, desde que recebam informações adequadas e em formatos acessíveis. A partir dessa escuta, emergem sugestões que apontam caminhos possíveis para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Um dos pontos mais recorrentes nas entrevistas foi a valorização da presença das universidades e instituições em campo, promovendo acções de sensibilização directamente nos mercados, como expressa os entrevistados quando perguntados quais são as possíveis sugestões para facilitar a adesão dos vendedores no sistema de protecção social? As respostas foram as seguintes:

“Eu acho que devia ser assim como vocês estão a fazer, estão aqui a nos falar da segurança social, assim vamos ficar a saber. As universidades deviam sempre dar a informações nos mercados.” (Entrevistado 15, 34 anos, 22 de agosto de 2024)

Esse relato revela não apenas o reconhecimento do papel educativo das instituições, mas também a eficácia da informação quando transmitida de forma próxima e contextualizada. Chivangue (2012), já havia defendido que a ampliação da cobertura da protecção social exige a actuação intersectorial e a mobilização da sociedade civil, como agentes de transformação social.

Além disso, os participantes sugeriram o fortalecimento da relação entre os órgãos de protecção social, como o INSS, e as associações de vendedores. Essa proposta traduz-se na demanda por uma maior articulação institucional:

“O INSS devia ter uma maior colaboração com as associações dos vendedores.” (Entrevistado 16, 28 anos, 22 de agosto de 2024)

Ao envolver lideranças comunitárias e organizações representativas, há um fortalecimento da confiança e uma maior adesão aos programas sociais. Chivangue (2012), destaca que a participação cidadã é um elemento essencial para o sucesso das políticas sociais, sobretudo quando essas partem de uma escuta activa das necessidades locais.

A repetição de frases como *“Devem dar mais informações, falar mais sobre estas coisas de INSS”* (Entrevistado 17) e *“Falta muita informação. Eles devem dar mais informações, não só na televisão, mas também fazer palestras nos mercados”* (Entrevistado 20) indica que a comunicação institucional ainda não é eficaz. Isso reforça a necessidade de estratégias de divulgação que utilizem canais próximos ao quotidiano dos trabalhadores informais, como rádios comunitárias, feiras e acções porta-a-porta.

A proposta de acções educativas simples, como “*distribuição de panfletos, cartazes e material educativo em mercados*” (Entrevistado 19), mostra que há carência não de tecnologias complexas, mas de uma comunicação directa e acessível.

As propostas dos entrevistados, portanto, não apenas evidenciam o que falta, mas apontam soluções práticas e realizáveis. Estão em consonância com o objectivo geral deste estudo, que é analisar os factores que influenciam o acesso à protecção social complementar dos vendedores informais. Revelam ainda que os próprios trabalhadores, quando ouvidos, são capazes de formular alternativas viáveis e alinhadas com os princípios da justiça social.

Sob a óptica de Rawls (2003), essas propostas reforçam a necessidade de se promover uma estrutura institucional que favoreça os menos privilegiados. A justiça como equidade, nesse sentido, exige a remoção dos obstáculos à informação, à confiança e à participação — condições básicas para que os vendedores informais possam exercer plenamente o seu direito à protecção social complementar.

6. Implementação do Plano de Intervenção

Neste subcapítulo, serão descritas as actividades realizadas no âmbito da intervenção no Mercado Janet, que teve como foco a protecção social complementar dos vendedores informais. O plano de intervenção contou com três principais actividades: reunião com os técnicos do INSS, reunião com os líderes do mercado e a palestra de sensibilização.

6.1. Reunião com os Técnicos do INSS

A primeira actividade foi uma reunião com os técnicos do INSS, cujo objectivo era obter informações detalhadas sobre os programas de protecção social disponíveis para vendedores informais e discutir a possibilidade de colaboração em futuras acções. No dia 14 de agosto de 2024, realizou-se uma reunião com os técnicos do INSS para discutir os desafios enfrentados

pelos vendedores informais na inclusão ao sistema de protecção social. Durante a reunião, além de debatermos sobre a possível ampliação de estratégias de inclusão, os técnicos ressaltaram as barreiras administrativas e as dificuldades de adesão por parte dos vendedores. Apesar de não poderem estar presentes na palestra, mostraram-se solícitos em oferecer materiais de orientação, que foram posteriormente distribuídos aos vendedores e líderes do mercado.

Essa intervenção foi crucial para compreender as nuances que dificultam o acesso à protecção social complementar por parte dos vendedores informais, e as acções realizadas, apesar dos desafios, contribuíram para aumentar a conscientização e o diálogo sobre a importância de políticas inclusivas.

Reunião realizada com o INSS

No âmbito da intervenção junto ao instituto nacional de segurança social, no dia 05 de Agosto de 2024, a chefe da secretaria do INSS entrou em contacto comigo para marcar uma reunião, que teria lugar no dia 14 de Agosto do mesmo ano. Naquela ocasião, o objectivo era esclarecer questões relacionadas à adesão dos vendedores informais aos programas de protecção social complementar.

Após esse primeiro contacto, aguardei por novas instruções. No dia 10, recebeu-se a confirmação de que um dos técnicos do INSS, indicado pelo delegado da instituição, seria responsável por responder às perguntas previamente enviadas. A reunião foi agendada para o dia 14 de Agosto de 2024, e apesar de não contar com a presença de outros intervenientes, o técnico designado estava plenamente capacitado para tratar das questões em nome do INSS.

A reunião, portanto, teve como foco central perceber do INSS as dificuldades e o acesso dos vendedores nos programas de protecção social complementar para os vendedores informais do Mercado Janet, bem como discutir possíveis barreiras que dificultam a adesão desses trabalhadores. Durante o encontro, foram levantadas questões como barreiras que dificultam o acesso, consequências da falta da protecção e as sugestões para melhorar o acesso, e as respostas

Foram as seguintes:

De acordo com o técnico entrevistado, “os vendedores informais encontram dificuldades significativas relacionadas à gestão do tempo para suas actividades diárias, o que afecta directamente sua capacidade de lidar com as exigências administrativas”. Embora o processo para aceder aos programas de protecção social complementar não seja complexo, a falta de documentação formal constitui um dos principais obstáculos à inscrição. Esse entrave é agravado pelo facto de que muitos vendedores não se empenham em buscar a regularização de suas actividades nem em procurar informações disponíveis sobre os programas.

O técnico explicou ainda que, “apesar de existirem canais de atendimento e suporte, o desconhecimento e a baixa procura tornam o processo mais difícil. As instituições têm buscado simplificar os trâmites, mas esbarram frequentemente na resistência ou desinteresse dos próprios trabalhadores informais em se adequar às exigências administrativas”. “A falta de informação é outro ponto crítico que impacta directamente a adesão aos programas. Embora o INSS realize campanhas de sensibilização através de rádios, televisões e materiais educativos, muitos vendedores informais não demonstram interesse em participar dessas sessões ou em procurar os meios adequados para se informarem. Observa-se uma tendência de priorização das actividades comerciais diárias em detrimento da preocupação com o futuro e com a segurança social”.

A instabilidade financeira dos vendedores informais, conforme destacou o técnico, compromete fortemente sua capacidade de contribuir para a protecção social complementar. Forma-se um ciclo vicioso no qual a renda instável leva à priorização das necessidades de sobrevivência imediata e, conseqüentemente, à exclusão de qualquer tipo de planeamento de longo prazo. No entanto, o técnico salientou que “essa falta de planeamento também está relacionada à escolha dos vendedores, que não reconhecem a protecção social como um investimento para situações de crise, como doenças ou invalidez. O INSS tem consciência das dificuldades, mas defende que os vendedores devem assumir maior protagonismo na organização de suas finanças, mesmo que isso implique sacrifícios iniciais”.

“A não participação nos programas de protecção social complementar acarreta conseqüências graves e inevitáveis, como o risco de empobrecimento em caso de incapacidade laboral. Muitos vendedores sobrevivem com recursos mínimos e, sem protecção social, ficam totalmente desamparados diante de imprevistos”. O técnico mencionou que “é comum os vendedores

ignorarem a importância da protecção até que uma situação crítica ocorra. Isso reflecte uma mentalidade que precisa ser transformada. Quando um vendedor adoece ou perde a capacidade de trabalhar, toda a estrutura familiar sofre. A insegurança provocada pela ausência de um fundo de protecção faz com que muitos recorram a empréstimos ou ajudas informais, o que tende a agravar a situação financeira no futuro”.

Para facilitar o acesso dos vendedores aos programas de protecção social complementar, o técnico sugeriu “uma maior simplificação dos processos de inscrição”. Contudo, enfatizou também a necessidade de um “maior engajamento por parte dos vendedores. A resistência à formalização é um entrave, muitas vezes alimentado por receios infundados ou pela falta de compreensão sobre os benefícios envolvidos. Uma colaboração mais próxima com as lideranças locais e a criação de programas mais flexíveis, que considerem a realidade económica dos vendedores, poderiam contribuir para melhorar a adesão”.

Como estratégia final, o técnico sugeriu o uso de programas de “sensibilização direccionados, tais como sessões educativas no próprio mercado, bem como a utilização de rádios locais e redes sociais, que fazem parte da rotina dos vendedores. Mostrar de forma prática os benefícios da protecção social, através do testemunho de vendedores que já participam do sistema, pode ser uma abordagem eficaz para motivar a adesão dos demais. Assim, fica claro que o acesso à protecção social complementar depende tanto das instituições quanto do compromisso dos próprios vendedores com o seu futuro e o de suas famílias”.

6.2. Reunião com os Líderes do Mercado Janet

A segunda actividade consistiu em uma reunião com os líderes do Mercado Janet. Esse encontro foi crucial para obter uma visão ampla das necessidades dos vendedores informais e para discutir a organização da palestra de sensibilização. Os líderes relataram as principais dificuldades enfrentadas pelos vendedores no que diz respeito à protecção social complementar, incluindo a falta de conhecimento sobre os procedimentos para se inscrever no INSS. A reunião também serviu para planear a logística da palestra e garantir a adesão e envolvimento dos vendedores. No dia 15 de agosto de 2024, foi realizada uma reunião entre o pesquisador e os líderes do Mercado

Janet, onde foram discutidas questões cruciais relacionadas ao acesso dos vendedores informais aos programas de proteção social complementar. Durante o encontro, o pesquisador explorou os desafios enfrentados pelos vendedores na busca por benefícios sociais e como a falta de informação e organização pode impactar a adesão a esses programas. Os líderes foram questionados sobre as barreiras que observam, as consequências e as possíveis soluções para facilitar esse acesso. A resposta foi a seguinte:

"Eu acho que os principais desafios são o desconhecimento e a falta de informação sobre os programas de proteção social. Muitos vendedores não sabem sequer que têm direito a esses programas, e os que sabem não entendem como aderir ou desconfiam do sistema. Além disso, há a questão financeira, muitos não conseguem contribuir regularmente por conta da instabilidade de seus rendimentos."

"Sim, há barreiras burocráticas significativas. O processo de adesão é confuso e pouco acessível para quem não tem familiaridade com documentos e procedimentos formais. A maior parte dos vendedores não tem experiência com esse tipo de processo, e o INSS não oferece suporte directo no mercado, o que dificulta ainda mais o acesso."

"A falta de informação é uma das principais barreiras para a adesão. O INSS não tem canais de comunicação eficientes para alcançar os vendedores informais, e muitos não sabem onde buscar informações. Isso cria um ciclo de desinformação que prejudica a adesão. Os poucos que sabem como o sistema funciona muitas vezes precisam ajudar outros vendedores a se inscreverem, o que não deveria ser responsabilidade deles."

"A instabilidade financeira dos vendedores é uma grande barreira. Muitos vendem apenas o suficiente para cobrir suas necessidades diárias e, por isso, não conseguem pensar em contribuições regulares para a proteção social. Além disso, quando a renda é incerta, eles têm receio de comprometer parte do que ganham com algo que não sabem se terão retorno a longo prazo."

"A principal consequência é a vulnerabilidade financeira. Sem a proteção social complementar, os vendedores estão expostos a riscos como doenças, acidentes ou a

impossibilidade de trabalhar por longos períodos. Isso significa que, quando algo acontece, eles não têm uma rede de segurança para protegê-los."

"A falta de protecção social afecta directamente o bem-estar das famílias. Quando um vendedor adoece ou fica incapacitado de trabalhar, a família inteira sofre as consequências, pois dependem exclusivamente daquela renda. Sem protecção social, não há auxílio em caso de emergências, e isso empurra muitas famílias para a pobreza."

"Há vários casos de vendedores que enfrentaram sérias dificuldades financeiras por não estarem protegidos. Recentemente, tivemos o caso de uma vendedora que adoeceu e não tinha como pagar o tratamento. A família teve que recorrer a empréstimos informais, e agora estão endividados. Casos assim são comuns e mostram a importância da protecção social."

"Uma das medidas seria a simplificação dos processos de adesão e a criação de postos móveis do INSS no próprio mercado. Dessa forma, os vendedores poderiam obter informações e se inscrever de maneira rápida e eficiente, sem precisar se deslocar para longe de suas bancas."

"A colaboração entre o INSS e as lideranças do mercado pode ser fortalecida com encontros regulares. As lideranças do mercado têm uma influência directa sobre os vendedores e poderiam ajudar a transmitir as informações de forma mais eficaz. Além disso, a presença do INSS no mercado mostraria um compromisso maior com a inclusão dos informais."

"Programas de sensibilização realizados no próprio mercado, com o apoio das lideranças locais, seriam muito eficazes. Sessões de esclarecimento que expliquem os benefícios da protecção social e como os vendedores podem se inscrever ajudariam a reduzir a desinformação e aumentar a confiança no sistema."

6.3. Palestra organizada pelos líderes do Mercado Janet juntamente com o estudante pesquisador

6.3.1. Palestra de Sensibilização

A terceira e última actividade realizada foram a palestra sobre a importância da protecção social complementar para os vendedores informais, que aconteceu em Agosto de 2024. A palestra foi organizada pelos líderes do Mercado Janet e teve lugar em uma quarta-feira, às 7h da manhã, horário coincidente com o dia de limpeza geral do mercado, que ocorre semanalmente e é de carácter obrigatório para todos os vendedores.

Com duração de 30 minutos, a palestra contou com a participação de um número significativo de vendedores, que saíram com ideias básicas sobre a necessidade e a importância de se protegerem socialmente, a palestra foi dirigida pelo estudante pesquisador. Durante o evento, foram discutidos temas como os benefícios da protecção social, a segurança financeira a longo prazo e a relevância de aderir a programas de apoio governamental.

A actividade foi considerada um sucesso, uma vez que despertou o interesse dos vendedores e gerou debates sobre as dificuldades de acesso aos programas, mas também sobre a responsabilidade de cada vendedor em buscar informações e regularizar sua situação. A continuidade desse tipo de iniciativa foi sugerida, já que ficou claro que muitos vendedores ainda têm dúvidas ou desconhecem totalmente os processos de adesão à protecção social complementar. Neste âmbito, o pesquisador traz algumas sugestões e propostas com o intuito de melhorar a aderência nos sistemas de protecção social.

7. Conclusão e sugestões

Após a realização deste trabalho, conclui-se que o acesso à protecção social complementar pelos vendedores informais no Mercado Janet é extremamente limitado, o que tem um impacto directo na qualidade de vida e bem-estar económico desses trabalhadores. A informalidade estrutural do mercado, a falta de regulamentação adequada e as políticas públicas que não contemplam as particularidades desse grupo fazem com que eles fiquem desprotegidos financeiramente em situações de emergência, como doença, invalidez, ou aposentadoria. Muitos vendedores informais encontram-se em um ciclo de precariedade, sem alternativas claras para garantir sua segurança social e económica a longo prazo.

Com base na análise das entrevistas realizadas, confirma-se a primeira hipótese do estudo, segundo a qual a falta de acesso dos vendedores informais no mercado Janet à protecção social complementar está directamente associada à ausência de informação e a baixos níveis de escolaridade. As falas dos participantes revelam um desconhecimento significativo sobre o funcionamento do sistema de protecção social, evidenciando a inexistência de acções informativas eficazes e acessíveis a esse grupo.

A segunda hipótese, que relaciona o acesso à protecção social ao tipo de actividade comercial exercida, foi confirmada na totalidade. A observação do pesquisador no campo revelou que o tipo de actividade realizada, como a comercialização de bens de baixo custo e a venda ambulante, está intimamente ligado à dificuldade de aderir aos programas de protecção social. A dinâmica intensa do trabalho informal, caracterizada pela instabilidade financeira, longas jornadas e a necessidade de retorno imediato, contribui para que muitos vendedores não priorizem a adesão aos mecanismos de protecção social complementar, como evidenciado pela preferência por sistemas informais de poupança, como o xitique.

Contribuição da pesquisa

Esta pesquisa oferece uma contribuição significativa ao demonstrar, a partir das vozes dos próprios vendedores, os desafios práticos enfrentados no quotidiano e as percepções que

dificultam o acesso à protecção social complementar. A valorização de estratégias alternativas, como o xitique, revela a necessidade de uma protecção social que seja culturalmente adaptada e financeiramente acessível à realidade dos trabalhadores informais.

Sugestão para futuras pesquisas

Para futuras investigações, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre diferentes mercados informais de Maputo e outras províncias, com o intuito de identificar padrões regionais e especificidades locais. Além disso, sugere-se a incorporação de métodos quantitativos e análises estatísticas que permitam dimensionar a exclusão social com maior precisão. Seria igualmente pertinente explorar o papel das associações de vendedores, iniciativas comunitárias de educação providenciaria e modelos alternativos de protecção social, como cooperativas e fundos rotativos, enquanto estratégias de inclusão.

8. Sugestões

Com base nos resultados obtidos e nas hipóteses validadas, esta pesquisa apresenta as seguintes sugestões para melhorar o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar e, conseqüentemente, sua qualidade de vida e bem-estar económico:

1. Realização de Campanhas de Sensibilização: Promover campanhas educativas direccionadas tanto aos vendedores informais quanto à comunidade em geral, esclarecendo sobre os direitos desses trabalhadores à protecção social e os mecanismos disponíveis para acessá-la. Essas campanhas devem incluir explicações práticas sobre como os trabalhadores informais podem se inscrever em programas de protecção social, quais os benefícios oferecidos e como eles podem melhorar sua segurança financeira e social.
2. Capacitação e Empoderamento dos Vendedores Informais: Realizar workshops, seminários e palestras voltados para a capacitação dos vendedores informais,

especialmente no que diz respeito ao planeamento financeiro, empreendedorismo e acesso aos direitos sociais. A criação de programas que fortaleçam as redes de apoio social entre os trabalhadores também deve ser incentivada, com foco em acções que promovam a inclusão financeira, como o microcrédito e cooperativismo.

3. Criação de Políticas Públicas e Leis Inclusivas:

O Estado deve revisar e formular políticas públicas que abordem especificamente a protecção social dos trabalhadores informais, levando em consideração suas necessidades e realidades. Essas políticas devem ser adaptadas para permitir uma maior acessibilidade e inclusão desses trabalhadores nos sistemas formais de protecção social, incluindo simplificações administrativas que facilitem o acesso aos benefícios. Além disso, deve-se considerar a implementação de subsídios e apoio financeiro para aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

Assim como os trabalhadores do sector formal recebem apoio do Estado, com a contribuição de 4% dos 7% necessários para a sua protecção social, sugere-se que o Estado também estenda um apoio semelhante aos trabalhadores informais. Uma forma de motivá-los a aderir ao sistema de protecção social complementar seria o Estado contribuir com pelo menos 2% da contribuição total exigida. Esse incentivo poderia reduzir as barreiras financeiras enfrentadas pelos vendedores informais e aumentar sua participação nos sistemas de protecção, promovendo maior inclusão social e económica.

4. Parcerias com Instituições de Ensino e Associações Locais: As empresas, associações e o sector público devem desenvolver parcerias com universidades e organizações comunitárias para promover programas que incluam os vendedores informais, especialmente no que tange à formação e à empregabilidade. Estas parcerias podem também ser direccionadas para estudos sobre o impacto da informalidade na economia local e para a proposição de soluções práticas que visem melhorar o acesso à protecção social complementar.

5. Inclusão de Assistentes Sociais nas Políticas Públicas: Assistentes sociais têm um papel fundamental na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e protecção dos vendedores informais. A participação

destes profissionais garante que as políticas sejam desenhadas com base nas reais necessidades e demandas dos trabalhadores, além de garantir que sejam realizadas avaliações periódicas da eficácia dessas políticas.

6. Promoção de Legislação Específica para o Trabalho Informal: A criação de uma lei específica para proteger os trabalhadores informais no que tange à protecção social complementar é essencial para garantir a inclusão desses indivíduos no sistema formal. Essa legislação poderia prever, por exemplo, a criação de cotas de participação em programas de segurança social e facilitar o processo de Registro dos trabalhadores informais nos sistemas de protecção existentes.
7. Inclusão de Vendedores Informais nas Políticas de Protecção Social: É fundamental que o Estado reconheça formalmente a contribuição dos vendedores informais para a economia e os inclua nas políticas de protecção social. Além de criar mecanismos específicos de inclusão, o Estado deve incentivar a participação directa desses trabalhadores na elaboração e implementação de tais políticas, assegurando que elas reflectam suas reais necessidades.

Essas sugestões visam não apenas a inclusão dos vendedores informais no sistema de protecção social complementar, mas também a promoção de sua autonomia e a melhoria de sua qualidade de vida. Implementar tais medidas contribuirá significativamente para a redução das desigualdades sociais e económicas enfrentadas por esses trabalhadores em Moçambique, proporcionando-lhes uma maior segurança e dignidade no trabalho e na vida pessoal.

9. Referências Bibliográficas

1. Ali, R. (2011). A problemática da protecção social em Moçambique: *Algumas reflexões e desafios*. Artigo apresentado na Mesa Redonda sobre Protecção Social Solidária – Modelos para Moçambique, Maputo.
2. Amaral, I. (2005). *Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsaariana*. Finisterra, XL (79), 53 – 72.
3. Bavaresco, L. R., & Goin, M. (s.d). *Instrumental idade profissional do serviço social, as mediações da prática profissional*. Nova prata.
4. Behring, E. R. (2018). Política social: *Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.
5. Cacciamalli, M. C. (2007). (Pré) *conceito sobre sector informal, reflexões parciais embora instigantes*. Disponível em <http://www.revistaeconomica.uff.br> (Acedido em 10 de agosto de 2024).
6. Canagarajah, S., & Sethuraman, S. V. (2001). Social protection and the informal sector in developing countries: *Challenges and opportunities*. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/464851468739448448/pdf/multi0page.pdf> (Acedido em 12 de Outubro de 2024).
7. Castel-Branco, C. N. (2015). *A economia política do desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: IESE.
8. Chivangue, A. A. (2012). *Mukhero em Moçambique: Análise das lógicas e práticas do comércio informal* (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
9. Da Silva, T., & Andrade, X. (2000). *Beyond inequalities: Women in Mozambique*. Maputo e Harare: SARDC, CEA, FM.
10. Favero, G. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas S.A.

11. Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS). (2014). *Definição global de serviço social*. Disponível em <https://www.ifsw.org>.
12. Francisco, A., & Paulo, M. (2006). Impacto da economia informal na protecção social, pobreza e exclusão: *A dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
13. Fumo, M. T. (2020). *Economia informal e solidariedade nos mercados populares de Maputo*. Maputo: CIEDIMA.
14. Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas S.A.
15. Goldenberg, M. (2000). A arte de pesquisar: *Como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
16. Kisnerman, G. (1991). Serviço social na contemporaneidade: *Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.
17. Lakatos, E. M. (1979). O trabalho temporário: *Nova forma de relações sociais no trabalho*. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
18. Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
19. Laville, J.-L., & Dionne, L. (1999). *Relações sociais e serviço social e o trabalho infantil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (14ª ed.). São Paulo.
20. Lei nº 4/2007, de 07 de Fevereiro. Define as bases em que assenta a protecção social e organiza seu respectivo sistema. Boletim da República. I série. Nº 06 (2007).
21. Machado, A. (2018). Trabalho Informal e Segurança Social em Moçambique: *Desafios e Oportunidades*. Maputo: Editora Nacional.
22. Mahumana, H. S. (2020). *Serviço social e intervenção comunitária em Moçambique*. Beira: Editora Universitária.
23. Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

24. Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
25. Matos, D. C. (2018). Vendedores informais e políticas de fortalecimento: *Uma análise crítica*. *Serviço Social e Sociedade*, 136 (3), 89 – 105.
26. Matusse, A. (2013). Trabalho informal e protecção social em Moçambique: *Uma análise crítica das políticas públicas*. Maputo: Instituto Nacional de Segurança Social.
27. Minayo, M. C. S. (2012). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Rio de Janeiro: Atlas.
28. Minayo, M., & Sanches, O. (2012). Quantitativo-qualitativo: *Oposição ou complementaridade*. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 239 – 262.
29. Netto, J. P. (2011). *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez.
30. Nogueira, M. F. (2016). Trabalho informal e exclusão social: *Um estudo sobre vendedores informais*. Rio de Janeiro: UFRJ.
31. OIT. (2015). *Protecção dos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação*. Conferência Internacional do Trabalho, VI, 5–20.
32. Olivier, M. (2004). Social protection in Southern Africa: *An overview of challenges and options*. University of Cape Town: Institute for Social Law and Policy.
33. Quive, S. A. (2007). Protecção social em Moçambique: *Uma rede furada de protecção social*. Maputo: Fundação Friedrich Ebert.
34. Rawls, J. (2003). *Uma teoria da justiça* (A. Ribeiro, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1971).
35. Ribeiro, A. C. T. (2016). Direitos sociais e cidadania: *Os desafios da universalização*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
36. Ribeiro, M. L. (2016). Protecção social e justiça distributiva: *Uma análise a partir da teoria de John Rawls*. *Revista Catálises*, 19 (1), 48 – 56. <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100006>

37. Silva, R. M. (2020). Retrocessos na política social brasileira: *O impacto nos trabalhadores informais*. Revista Catálises, 23 (1), 34 – 49.
38. Souza, R. F. (2013). *Direitos sociais e políticas de protecção ao trabalhador informal no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
39. Tatiana, R. (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
40. Thiollent, M. (2009). *Metodologia da pesquisa-acção*. São Paulo: Cortez.
41. Turner, J. H. (1999). A natureza e origens da sociologia. In *Sociologia: Conceitos e aplicações*. São Paulo: Makronbooks.

APÊNDICES

Apendice-1: guião de entrevista dirigida ao INSS

Guião de Entrevista Direcção aos Funcionários do INSS

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Título: Factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o mercado Janet

Instituição: UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Investigador: Julio Fernando Avanço

Telefone: +258 842984853

Secção I. Características Sociodemográficas e Profissionais

1. Sexo:
2. Idade:
3. Qual a função que desempenha?

Secção II. Percepção sobre o Sector Informal

Objectivo Específico 1: Identificar os principais factores que dificultam o acesso dos vendedores informais do Mercado Janet em programas de protecção social complementar

1. Quais são os principais desafios administrativos ou burocráticos que os vendedores informais enfrentam para cessar os programas de protecção social complementar?
2. Como a falta de informação ou conhecimento sobre os programas de protecção social complementar impacta a adesão dos vendedores informais?
3. Existem barreiras específicas que os vendedores informais do Mercado Janet enfrentam em comparação com outros mercados?
4. De que maneira a instabilidade financeira dos vendedores informais afecta a capacidade deles de contribuir para a protecção social complementar?

Objectivo Específico 2: Avaliar as consequências da não participação dos vendedores informais do Mercado Janet nos programas de protecção social, assim como suas implicações no bem-estar financeiro das famílias

1. Quais são as principais consequências da não participação dos vendedores informais nos programas de protecção social complementar?
2. Como a ausência de protecção social complementar afecta a segurança e estabilidade financeira dos vendedores informais e suas famílias?
3. Existem estudos ou dados que mostrem o impacto financeiro negativo nas famílias devido à falta de protecção social?
4. De que maneira a falta de protecção social complementar influencia a qualidade de vida e o bem-estar dos vendedores informais?

Objectivo Específico 3: Propor sugestões para reduzir as barreiras no acesso à protecção social complementar nos vendedores informais do mercado Janet

1. Quais medidas podem ser implementadas para facilitar o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar?
2. Como a colaboração entre o INSS e as lideranças do mercado Janet pode ser melhorada para aumentar a adesão dos vendedores informais?
3. Que tipos de programas ou iniciativas de sensibilização poderiam ser eficazes para informar os vendedores informais sobre os benefícios da protecção social complementar?
4. Quais incentivos poderiam ser oferecidos aos vendedores informais para motivá-los a se inscrever nos programas de protecção social complementar?

Apêndice-2 guião de entrevista dirigida aos líderes do mercado Janet:

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Título: Factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o mercado Janet

Instituição: UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Investigador: Julio Fernando Avanço

Telefone: +258 842984853

Secção I: Características Sociodemográficas e profissionais

1. Sexo:
2. Idade:
3. Qual a função que desempenha?4. Estado civil e morada?

Secção II: Sobre o mercado Janet

1. Qual foi a origem do mercado Janet?
2. Qual é a dimensão (área ocupada) e como está estruturado o mercado Janet?
3. Qual o número de vendedores existentes no mercado?
4. Quais são as condições de saneamento do mercado?
5. Qual é a contrapartida efetuada pelos vendedores no mercado?
6. Como é feita a formalização da relação com os vendedores no mercado?

Secção III: Percepção sobre o sector informal

1. O que entende por sector informal?
2. Qual é a composição/proporção da população activa no sector informal na Cidade de Maputo?

3. Quais são as características identificadas dos trabalhadores do sector informal, especialmente no subsector de comércio?

4. Os trabalhadores/comerciantes do mercado Janet encontram-se organizados ou vinculados a alguma associação de defesa de seus direitos?

Objectivo Específico 1: Identificar os principais factores que dificultam o acesso dos vendedores informais do Mercado Janet em programas de protecção social complementar

1. Quais são os principais desafios que os vendedores informais enfrentam para acessar programas de protecção social complementar no mercado Janet?

2. Existem barreiras administrativas ou burocráticas que dificultam o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar?

3. Como a falta de informação ou conhecimento sobre programas de protecção social complementar impacta a adesão dos vendedores informais?

4. Quais são as principais dificuldades financeiras enfrentadas pelos vendedores informais que impedem a adesão aos programas de protecção social?

Objectivo Específico 2: Avaliar as consequências da não participação dos vendedores informais do Mercado Janet nos programas de protecção social, assim como suas implicações no bem-estar financeiro das famílias

1. Quais são as principais consequências para os vendedores informais que não participam dos programas de protecção social complementar?

2. Como a falta de protecção social complementar afecta o bem-estar financeiro das famílias dos vendedores informais?

3. Existem casos específicos de vendedores informais que tiveram problemas financeiros significativos devido à falta de protecção social?

4. De que maneira a ausência de protecção social complementar influencia a segurança e estabilidade financeira a longo prazo dos vendedores informais?

Objectivo Específico 3: Propor sugestões para reduzir as barreiras no acesso à protecção social complementar nos vendedores informais do mercado Janet

1. Quais medidas podem ser implementadas para facilitar o acesso dos vendedores informais à protecção social complementar?

2. Como a colaboração entre o mercado e as instituições de protecção social pode ser melhorada para aumentar a adesão dos vendedores informais?

3. Que tipos de programas ou iniciativas de sensibilização poderiam ser eficazes para informar os vendedores informais sobre os benefícios da protecção social complementar?

4. Quais incentivos poderiam ser oferecidos aos vendedores informais para motivá-los a se inscrever nos programas de protecção social complementar?

Apêndice 3:guião de entrevista dirigida aos vendedores

Guião de Entrevista Direcçionado aos Vendedores Informais do Mercado Janet

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Título: Factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o Mercado Janet

Instituição: UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Investigador: Julio Fernando Avanço

Telefone: 842984853

Secção I. Características Sociodemográficas e Profissionais

1. Sexo:

2. Idade:3. Estado civil e moradia

4. Nível académico:

5. Há quanto tempo realiza essa actividade?

6. Tem outra fonte de renda?:

7. A renda é variável?:

8. Sua renda mensal é igual ou superior ao salário mínimo do sector de actividade correspondente?:

Secção II. Factores que Dificultam o Acesso à Protecção Social Complementar

1. Quais são, na sua opinião, os principais desafios que enfrenta para ter acesso aos programas de protecção social complementar?

2. Quais são os obstáculos burocráticos que mais dificultam a inscrição nesses programas?

3. Existe falta de informação ou conhecimento sobre os programas de protecção social complementar?

4. De que maneira as suas condições de trabalho influenciam no acesso à protecção social complementar?

Secção III. Consequências da Não Participação na Protecção Social Complementar

1. Quais são as principais dificuldades financeiras que enfrentam por não estar inscrito na protecção social complementar?
2. Como a falta de protecção social afecta o seu bem-estar e o de sua família?
3. Que tipos de apoio ou benefícios sente que está perdendo por não participar desses programas?
4. A falta de protecção social afecta a sua capacidade de poupar ou investir para o futuro?

Secção IV. Sugestões para Melhorar o Acesso à Protecção Social Complementar

1. Quais medidas poderiam ser implementadas para facilitar a sua inscrição na protecção social complementar?
2. O que o governo ou as autoridades do mercado poderiam fazer para melhorar a informação sobre esses programas?
3. Quais tipos de apoio ou incentivos seriam úteis para encorajar a participação nos programas de protecção social complementar?
4. De que forma uma maior participação nos programas de protecção social complementar poderia beneficiar a sua vida e a sua actividade comercial?
5. além das questões que lhe apresentei, tem algo mais por dizer?

Agradeço a tua participação.

Apêndice- 4: consentimento informado

Declaração de Consentimento Informado

Prezado(a) Participante,

Sou Júlio Fernando Avanço, estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Estou a desenvolver uma pesquisa intitulada:

"Factores que influem no acesso à protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o Mercado Janet."

Gostaria de convidá-lo(a) a participar desta investigação por meio de uma entrevista, na qual serão abordadas questões relacionadas à sua trajectória, vivências e percepções enquanto vendedor(a) informal.

Objectivo da pesquisa:

Analisar os factores que influenciam no acesso a protecção social complementar dos vendedores informais no mercado Janet.

Confidencialidade:

Todas as informações recolhidas serão tratadas com total sigilo. A identidade dos participantes será mantida anónima, e os dados serão utilizados exclusivamente para fins académicos.

Participação voluntária:

A sua participação é inteiramente voluntária. Poderá interromper ou desistir da entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Importância da sua colaboração:

Sua contribuição é essencial para enriquecer esta pesquisa e promover reflexões sobre políticas públicas mais inclusivas para trabalhadores(as) informais.

Declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objectivos e condições da pesquisa e que aceito participar de forma livre e consciente.

Nome do(a) Participante: _____

Data: ____ / ____ / 2024

Assinatura do(a) Participante: _____

Assinatura do Investigador: Júlio Fernando Avanço

Data: 21/ 07/ 2024

Apêndice-5: carta dirigida ao INSS

Ao Instituto Nacional de Segurança Social

Excelentíssimo (a)

SENHOR (a) Delegado(a) do instituto Nacional de SEGURANÇA SOCIAL

Excelência sou o Julio Fernando Avanço, Solteiro, nascido no dia 27 de Junho de 1994, filho de Fernando Avanço de Maria das Dores Fernando, natural da Chimoio (Manica), residente na residência universitária, no campo principal da mesma, nas redondezas da Polana caniço A, portador do Bilhete de Identidade nº 060101687660C, emitido aos 26/05/2019, pelo Arquivo de Identificação Civil da Cidade de Maputo, Sou um estudante com deficiência visual, finalista do curso de licenciatura em Serviço Social na UEM e encontro-me a elaborar o Trabalho de Conclusão do Curso.

Nas últimas duas semanas, aquando da realização da minha pesquisa no mercado sob o tema, Factores que influem no acesso a protecção social complementar dos vendedores informais: um olhar sobre o Mercado Janet.

Sendo que constitui um direito dos trabalhadores sejam eles formais ou informais terem o direito a protecção social, que é de carácter contributivo com vista a terem um beneficio no momento dos infortúnio da vida, e constata-se que muitos deles não estão inscritos nos programas de protecção social. Nesta ordem de ideia, excelência, venho por meio desta, apresentar essa preocupação e solicitar uma parceria, no sentido do pesquisador juntamente com os técnicos da instituição que a vossa excelência é o expoente máximo, para realizar uma reunião com alguns técnicos para uma entrevista e posterior a realização de palestra, distribuição de alguns panfletos e a sensibilização no local da pesquisa sobre a não prática da contribuição nos sistemas de protecção social. Caso o parecer for favorável. E sem nada por tratar endereço as minhas calorosas e extensas saudações na expectativa de uma resposta positiva do vosso lado. E realçar desde já disponibilidade para vos fornecer qualquer outro dado que julgarem necessária para uma mais profunda e correcta compreensão do meu plano de intervenção social.

Maputo, aos 09 de Agosto de 2024

Julio Avanço

Contactos / 842984853 ou 874407723

ANEXOS



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

CRENCIAL Nº158/DRA-FLCS/ 2024

No âmbito da disciplina de Trabalho de Fim do Curso, credencia-se junto ao Mercado Informal Janet, o Sr. **Júlio Fernando Avanço**, estudante do 4º ano do Curso de Licenciatura em Serviço Social, para realizar o trabalho de recolha de dados sobre o tema “ Factores que influenciam no acesso à proteção social complementar dos vendedores informais - Um olhar sobre o mercado Janet.”

Agradece-se antecipadamente todo o apoio que lhe possa ser prestado para o bom andamento do trabalho.

Maputo, 30 de Julho de 2024
O Director Nacional Adjunto Para área de Graduação

Prof. Doutor Marlino Eugénio Mubai
FLCS
REGISTO ACADÉMICO
(Professor Auxiliar)

07.08.24
B7